



PORTOS DA MADEIRA



**PLANO DE ATIVIDADES
ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO E INVESTIMENTOS**

2014

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
Gare Marítima da Madeira ▪ Molhe da Pontinha ▪ Porto do Funchal ▪ 9004-518 FUNCHAL
TEL: 351 291 20 86 00 ▪ FAX: 351 291 22 01 96



1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	3
3.	AÇÕES	5
4.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.....	8
5.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	9
5.1.	PLANO DE INVESTIMENTOS 2014.....	9
5.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	10
6.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	12
6.1.	PRESSUPOSTOS.....	12
6.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS	13
6.3.	GASTOS OPERACIONAIS.....	14
6.4.	GASTOS FINANCEIROS	14
6.5.	OUTROS GASTOS	15
7.	PLANO DE FINANCIAMENTO	15
7.1.	AUTO-FINANCIAMENTO	16
7.2.	FINANCIAMENTOS	16
7.3.	PROJECTOS COMUNITÁRIOS/ CONTRATOS PROGRAMA/ INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	17
7.4.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PAO 2014	17
7.5.	MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS.....	18
8.	INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL	19
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
10.	ANEXOS.....	22
	ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL.....	22
	ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL	23
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL.....	24
	ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	26
	ANEXO VI – GASTOS	27



1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento. Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2014, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, concretizada no plano de negócios 2012-2015, rentabilizando as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

Os portos, como principal porta de entrada de mercadorias, continuarão a sentir o efeito da recessão, prevendo-se fechar o ano económico de 2013 com uma diminuição de 11% na movimentação de mercadorias importadas e de 2% na exportação, que obviamente se reflete nas receitas da empresa. Situação análoga verifica-se no segmento de navios de cruzeiros, onde se prevê uma diminuição, quer no número de navios de cruzeiro, quer de passageiros que escalaram os portos da RAM.

O plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2014, ora apresentado, é fortemente condicionado pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2014 (ORAM 2014) já conhecida, pela situação económico financeiro da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral, mas acima de tudo, pelo facto de ser o primeiro exercício posterior à reclassificação da empresa e à sua integração no perímetro da administração pública regional¹, estando o seu orçamento integrado no da Secretaria Regional da tutela, sendo a APRAM, S.A. considerada como serviço e fundo autónomo².

¹ “Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística avaliou os critérios de mercantilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA e concluiu que a empresa deveria ser incluída no perímetro da Administração Pública Regional, com efeitos desde 2012. Nesse ano, o impacto desta entidade na dívida bruta da RAM foi de 188 milhões de euros.” (in. Pag. 32, Proposta do ORAM 2014 – Relatório e Anexos).

² “(...) na sequência da reclassificação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA, em contas nacionais, para efeitos de consolidação orçamental, em 2014 esta entidade é englobada no orçamento regional no subsector dos serviços e fundos autónomos.” (in. proposta ORAM 2014 – Relatório e Anexos).



De salientar que na sequência do temporal do dia 10 de dezembro de 2013, numa fase em que a proposta de orçamento da APRAM, S.A. para 2014 estava já fechada, foram de grande monta os estragos sofridos nas diversas infra - estruturas portuárias por força da agitação marítima, estragos esses que implicarão a realização de gastos avultados e não orçamentados, sendo que ainda não estão totalmente contabilizados os montantes necessários à reconstrução.

Face ao acima exposto, não poderemos nesta fase garantir que os gastos correntes da empresa sofrerão um decréscimo, comparativamente aos anos anteriores, pois é forte a probabilidade de ser necessário um reforço orçamental para que a APRAM possa suportar os custos de reparação das infra estruturas afetadas.

Acresce referir a preocupante situação das dívidas a fornecedores, devido às cada vez mais estruturais dificuldades de tesouraria e que no final de 2013 rondarão os oito milhões de euros³.

Tendo a APRAM dificuldade em gerar os fluxos financeiros para fazer face ao galopante serviço da dívida, ao pagamento dos seus encargos correntes, despesas com pessoal e encargos fiscais a elas associados, acaba por prejudicar o pagamento a fornecedores que funcionam aqui como forma indireta de financiamento da atividade corrente.

A regularização, ainda que faseada e diluída no tempo, deste passivo comercial será outro dos aspetos que irá marcar o exercício de 2014.

Em matéria de investimentos, foi dada prioridade (em regime de exclusividade) aos que possuem participação comunitária para a sua concretização, a saber, a requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do funchal, a construção de infraestruturas do porto do Porto Santo e às reparações necessárias na Marina do Funchal e no Terminal Marítimo do Porto Novo porquanto tratam-se de locais que poderão colocar em causa a segurança de pessoas e bens.

Pretende-se, em 2014, a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto / médio prazo devido:

³ Este montante inclui o valor de 2 176 062,21€ referente ao apuramento do saldo final do projeto 2003/PT/16/C/PT/003 Infraestruturas Portuárias do Caniçal e 2.207.386,61€ referente às dragagens no Porto do Funchal efetuadas em 2011, a que acresce 456.836,56€ referentes a juros de mora.



- À vocação da empresa para a prestação de serviço público e às orientações do acionista quanto ao não aumento do tarifário, de modo a não penalizar em demasia os custos globais da fatura portuária;
- Aos elevados encargos financeiros resultantes do serviço da dívida e com as amortizações do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infra - estruturas portuárias e de novos equipamentos.

2. MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Valores:
 - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - Segurança - garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - Atitude – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
 - Inovação – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;



- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, terá forçosamente que efetuar um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

A capacidade e função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverão ser consolidadas, numa perspetiva de assegurar um fluxo anual de passageiros/escalas não inferior a 500.000 passageiros/300 escalas, mantendo contudo uma ambição de crescimento até números já alcançados em 2012, bem como captar mais escalas para a ilha do Porto Santo, caso em que haverá sempre a necessidade de compatibilizar com a acostagem do navio Lobo Marinho.

As novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas, articulando-se assim com o objetivo supra referido.

O modelo de exploração portuária deverá ser reajustado, mantendo o regime de livre acesso e melhorando a eficiência da operação portuária, de acordo com o novo enquadramento jurídico laboral para o trabalho portuário, entretanto aprovado para os portos do Continente.

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Pretende-se dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas.

Esta intervenção é materializada por:

- Propostas dos planos anuais e plurianuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;



- Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;
- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário, designadamente a revisão das áreas de pilotagem e de pilotagem obrigatória, a certificação dos profissionais de pilotagem e as condições de dispensa de pilotagem nos portos da RAM;
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas que não seja colocada em questão a viabilidade da Empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

3. AÇÕES

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao PAEF e à proposta de ORAM 2014, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos e na parte aplicável ao Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira e às Empresas Reclassificadas.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos no PAEF para o sector empresarial regional e acima elencados, assume relevância:

- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;



- Melhoria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar todos os espaços vazios,
- Alteração do modelo de licenciamento da operação portuária face ao investimento efetuado na infraestrutura portuária;
- Rentabilização do espaço portuário ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal, condicionada atualmente pela decisão (que se espera favorável aos interesses da APRAM) dos processos judiciais em curso;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Atividades Logísticas (ZAL),
- Rentabilização da Gare Marítima da Madeira e espaços comerciais adjacentes,
- Proposta de indemnizações compensatórias à APRAM, S.A. pelo serviço público prestado de apoio ao contrato de concessão da linha regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo,
- Análise da eventual transferência da administração e gestão dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação e desenvolvimento com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2014, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

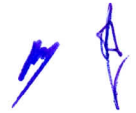
- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível. No caso da eventual saída do técnico de informática, ou de outros técnicos qualificados, torna-se imprescindível a sua substituição;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa e, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;



- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do setor, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);
- Implementação do novo sistema informático de modo a responder às necessidades e exigências legais de reportes da contabilidade orçamental/patrimonial;
- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, em especial para o período de verão e para o combate à sazonalidade, tarefa assaz difícil uma vez que a maioria dos navios de cruzeiros estão posicionados no mediterrâneo e no báltico;
- Participação em feiras e eventos internacionais: Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade com carácter nacional e internacional;



- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto CruisAtlantic;
- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*, destacando-se a cooperação com os portos do Continente, nomeadamente com o Portos de Lisboa, Douro e Leixões e Portimão.⁴

4. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A., enquanto parte integrante da administração pública regional tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"⁵. Esta situação introduzirá alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento da APRAM, S.A., enquanto empresa pública reclassificada e para o ano de 2014 representa 41,3% das despesas totais das EPR, com um valor de 41 063M€.

Estes valores constam da proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2014, elaborado na ótica da contabilidade pública. A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

4 Veja-se o capítulo 8. Orçamento dos serviços, institutos e fundos autónomos – Orçamento 2014 – Relatório e Anexos

5 Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.

6 Orçamento – Empresas Públicas Reclassificadas, proposta de ORAM 2014 – Relatório e Anexos



Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o Ano Económico de 2014

Un.: Euros

Designação	Orçamento	
1. Receitas correntes	10.106.598	25%
2. Receitas de capital	30.955.989	75%
Total das receitas	41.062.587	100%
1. Despesas correntes	16.183.354	39%
2. Despesas de capital	24.879.233	61%
Total das Despesas	41.062.587	100%

O Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2014 é um documento complementar a este Plano de Atividades e Orçamento, embora elaborado em óticas diferentes.

5. PLANO DE INVESTIMENTOS

5.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2014

A APRAM, S.A. modernizou as suas infra estruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias, pelo que nos próximos anos os investimentos apesar de reduzidos, serão direcionados para as condições de operacionalidade e segurança de pessoas e bens.

Os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe uma contínua necessidade de realização de obras de conservação e manutenção, sem esquecer as situações já reportadas no que respeita aos temporais de 10 de dezembro de 2013, em fase de inventariação e quantificação.

Para 2014, prevemos um investimento global no montante de 19.502.026,00 €. No entanto, refira-se que não estão ainda contabilizadas verbas para a recuperação de portos e terminais destruídos/afetados pelo recente temporal de 10 de dezembro de 2013.

**Quadro 2 – Plano de Investimentos 2014**

Un: Euros

Projeto	Montante
Modernização e up-grade do hardware - aquisição de computadores, terminais, impressoras (hardware), destinados a aumentar a capacidade do parque informático da APRAM, S.A.	30.000
Modernização do software – governo eletrónico e utilização da plataforma web – aquisição de produtos informáticos, onde se inclui a aquisição do software destinado à contabilidade orçamental e patrimonial, a nova página Web e a disponibilização dos diversos sistemas de informação da APRAM, S.A..	139.647
Modernização dos equipamentos administrativos – aquisição de equipamento social e o mobiliário diverso.	6.000
Meios de suporte básico para a assistência técnica às embarcações- aquisição de instrumentos, máquinas, instalações e outros bens destinados ao trem naval.	11.500
Modernização da ferramentaria marítimo-portuária" – aquisição de ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário materialmente relevante.	5.000
POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal (Cais acostável e cais norte)	17.934.879
POVT-14-0158-FCOES-000002 - Infraestruturas do porto de Porto Santo	575.000
Reparação do terminal de inertes do Porto Novo – deslocação dos caixões que provocaram uma abertura no molhe; substituição de um cabeço de amarração	300.000
Reparação da marina do Funchal, substituição das platibandas	500.000
TOTAL DO INVESTIMENTO	19 502 026

Grande percentagem dos montantes dos investimentos, elencados no quadro 2, serão comparticipados através da Lei de Meios e do POVT.

A componente regional não elegível dos projetos com financiamento comunitário aprovado e os montantes necessários para fazer face às obras de conservação da marina do Funchal e de reparação do Terminal do Porto Novo, serão objeto de contrato programa.

Refira-se que os principais projetos são da responsabilidade da APRAM, S.A. e representam 62,9% das despesas totais dos Investimentos do Plano das EPR.⁷

5.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Para além dos investimentos elencados no quadro 2, numa ótica de investimentos a curto/médio prazo, elencamos os investimentos indicados no quadro infra:

⁷ Despesa-Investimentos do Plano, proposta de ORAM 2014 – Relatório e Anexos.



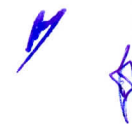
Quadro 3 – Investimentos a Curto/Médio Prazo

Projeto
Reparação do terraplano do Porto do Caniçal e substituição das tampas
Reparação do terraplano do cais de Santa Cruz, fecho da rampa e reposição dos blocos antifer
Reparação do cais de Machico, com reforço da proteção
Reparação do cais da Ribeira Brava, reposição do muro de cortina e respetiva proteção
Proteção do cais do Paúl do Mar – Reforço da proteção com antifer
Reparação do cais do Porto Moniz – Reforço da proteção com antifer
Reparação do cais do Seixal – Reforço da proteção com antifer

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos acima mencionados dependerá de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento (tratando-se de reparação e manutenção de obras já existentes, face ao atual enquadramento de acesso à comparticipação comunitária, as candidaturas não são possíveis);
- Eventual passagem da gestão e administração dos pequenos portos para as autarquias locais ou outro organismo do Governo Regional;
- Urgência e criticidade da reparação do terraplano do Caniçal. O avançado estado de degradação poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens que diariamente utilizam aquela infra estrutura e afetar a normal movimentação de cargas no terminal, com reflexos diretos nos tempos de movimentação das mercadorias e eficiência da operação de carga/descarga;
- Relatório, em fase de elaboração, relativamente às consequências dos temporais de dezembro de 2013 e que poderá elencar novos investimentos e necessidades de manutenção urgente/inadiável nas infra estruturas portuárias afetadas.

De realçar que sem a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento dos investimentos, a sua concretização não será viável apenas com receitas próprias da APRAM, S.A..



6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

6.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macro económicas, em fase de recessão, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, a economia da RAM confronta-se com um conjunto de desafios relacionados com a degradação do acesso ao financiamento resultante da crise dos mercados financeiros.

A APRAM, S.A. foi apanhada por esta conjuntura desfavorável e acabou por ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade atual para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos, ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras, por parte do acionista.

Assim, para 2014 prevê-se que o Governo Regional dote a APRAM, S.A. das fontes de financiamento para:

- Cobertura dos encargos com o serviço da dívida (juros e amortização de capital), decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista;
- Encargos referentes aos investimentos na parte não co-financiada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios);
- Celebração de ARD (Acordos de Regularização de Dívidas), obrigatórios nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e relativamente às dívidas a fornecedores até 31 de Dezembro de 2013. De realçar o peso da dívida referente às dragagens efetuadas no Porto do Funchal no ano de 2011, no montante de 2.207.386,61 € e ao qual acresce, a esta data, juros de mora no valor de 456.386,56 €.

Sugere-se como fontes de financiamento a celebração de contratos programa e/ou contratos de mútuo com o acionista único, o Governo Regional.

Enquadram-se, ainda neste cenário, a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas



de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada.

De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gaz e produtos similares para o Porto Santo.

Em ambos os casos estamos perante cenários de perda de receita, imprescindíveis para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que, em 2014, que rondará os 12,3 M€.

Quanto ao financiamento dos investimentos, na ordem dos 20 M€, prevê-se a sua comparticipação através do PIDDAR, contratos programa e de projetos desenvolvidos no âmbito da Lei de Meios/POVT.

6.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As projeções das prestações de serviços para o ano 2014, tiveram por base o estipulado no PAEF e a contração do consumo público e privado.

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2014 no montante global de 10 072 580€, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo IV.

Quadro 4 - Rendimentos Operacionais do Exercício

Un: Euros

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2013	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	246	311	- 20,93%
TUP - Navio	844.355	965.089	- 8,37%
TUP - Carga	1.056.386	1.152.601	- 8,35%
Tráfego de Passageiros	1.187.175	1.418.905	- 16,33%
TUP Contentores	2.863.142	3.013.527	- 4,99%
Outros Serviços a Navios	2.867.704	2.522.051	13,71%
Outros Serviços à Carga	124.786	182.508	- 31,63%
Concessões e Rendas	901.639	1.085.972	- 16,97%
Subsídios à Exploração	187.147	1.771.698	- 89,44%
TOTAL	10.072.580	12.112.662	- 16,84%



6.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2014 foram orçados gastos operacionais no montante global de 22.209.613€, conforme discriminado no quadro seguinte. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo global, de 0,78%. Reforça-se contudo que este valor poderá vir a sofrer, ao longo de 2014, revisão em alta para acomodar as reparações (e a julgar pelos relatórios preliminares serão muitas) que serão necessárias efetuar ao longo do ano para repor as condições de operacionalidade das estruturas portuárias afetadas pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, com estragos de vulto que ocorreram nos portos e outras infra estruturas portuárias da costa Sul da Madeira e no porto do Porto Santo.

No Anexo V, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

De referir que nos gastos com pessoal assume particular relevância o aumento da quotização da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (de 20% para 23,75%), a aplicação do n.º 13 do artigo 27.º do OE2013, à semelhança das demais Administrações Portuárias e o pagamento do subsídio de férias.

Quadro 5 - Gastos Operacionais do Exercício

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	2014	2013	VAR (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8.693	9.000	- 3,41%
Fornecimentos e serviços externos	1.825.134	2.152.752	- 15,22%
Gastos com o pessoal	6.991.356	6.439.291	8,57%
Amortizações do exercício	13.364.429	13.415.107	-0,38%
Outros gastos operacionais	20.000	22.300	- 10,31%
GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS	22.209.613	22.038.450	0,78%

6.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2014, no valor de 12,3 M€, destinam-se, essencialmente, ao pagamento com os encargos financeiros decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em



imobilizados corpóreos e ao pagamento do acordo de reconhecimento e regularização da dívida da APRAM, S.A. junto do Barclays Bank Plc.

6.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “trabalhos especializados” está contemplado um valor de 150.000€, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente do Estaleiro Naval do Caniçal, Naviera Armas e Associação de Armadores da Marinha Mercante, processo arbitral da CLCM e Tribunal de Justiça da União Europeia.

7. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes, desde que sejam melhorados os rácios de cobrança das receitas.

Em 2014, a APRAM S.A. terá um novo desafio – o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, com as inerentes consequências, em caso de incumprimento.

A transferência da sede da APRAM, S. A. para a Gare Marítima da Madeira em 2010 e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, têm vindo a provocar um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores.

A agravar esta situação, temos verificado ainda, dificuldades consideráveis na cobrança de receita, e que se exemplificam:

- O processo da cobrança da licença de ocupação de espaço pela CLCM no porto do Caniçal, que corre os seus termos desde 2005, e pendente de decisão do tribunal arbitral e cuja dívida ascenderá no final de 2013 a 1.544.525,57 €;
- Rendas em atraso da antiga Direção Regional dos Transportes no valor de 415.163,76€ e que se aguarda o parecer da Direção Regional do Património;
- Grupo Sousa, SGPS (excluindo os valores da CLCM), cuja dívida ascende a 1.314.792,48 €;
- Processos de cobrança coerciva em execução fiscal, cujo montante ascende a 680.893,64 € e com fraca taxa de sucesso devido à débil situação das empresas.



7.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

Quadro 6 – Autofinanciamento

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.364.429
Provisões do exercício	0
TOTAL	13.364.429
Resultado líquido do exercício	-15.047.363
Amortizações	13.364.429
Provisões (variação)	0
1 - Fundos libertos	-1.682.934
2 - Amortizações dos financiamentos	5.377.206
3 – Investimento	19.502.027
COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)	-30.20%

7.2. FINANCIAMENTOS

Perspetiva-se:

- A contração de um empréstimo de curto prazo (até um ano) até ao montante máximo de 12 M€, e destinado a regularizar as amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela APRAM, S.A. junto dos sistema bancário, juros e demais despesas correlacionadas;
- A renegociação do contrato de mútuo celebrado em 22 de agosto de 2013 no montante de 5,4M€, pelo prazo de um ano e que não existe possibilidade de proceder à amortização no prazo de maturidade previamente estipulado face aos argumentos atrás referidos;
- Contração de um empréstimo, de montante a definir, de modo a permitir a celebração de ARD (Acordo de Regularização de Dívida) junto de fornecedores, e que permitirá dar cumprimento à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e ao pagamento à RAM das taxas de aval.



7.3. PROJETOS COMUNITÁRIOS/ CONTRATOS PROGRAMA/ INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

No mapa de financiamento estão consideradas as seguintes verbas expectáveis:

No ano de 2014 está orçamentada a receção DOS SEGUINTE MONTANTES:

- Projetos comunitários:
 - 14 289 685€ através do POVT-Plano Operacional de Valorização do Território;
 - 187 147€ no âmbito de projetos de cooperação transnacional (Madeira/Açores/Canárias/Cabo Verde), nomeadamente projeto Costa e candidatura ao programa RUMOS;
- 5 020 195€ provenientes de contrato programa com a RAM, Lei de Maios e projetos do PIDDAR;
- Não estão quantificadas indemnizações compensatórias porquanto e apesar de orçamentadas em anos anteriores, a APRAM, S.A. nunca recebeu qualquer montante. Se esse recebimento se vier a verificar, será objeto de alteração orçamental em conformidade.

7.4. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PAO 2014

A APRAM, S.A. e tal como reconhecido no Relatório e anexos do projeto de ORAM 2014 apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital e juros nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expectativas relativas ao desempenho da atividade económica, traduzida na diminuição de navios, movimentação de passageiros e mercadorias, que atacam os portos;
- Desistência de alguns concessionários de espaços que ocupavam em área dominial sob jurisdição da APRAM;
- Eficácia na cobrança das receitas sob pena de comprometer o cumprimento da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Dependência do negócio de um grande grupo económico na parte da movimentação de mercadorias;

- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na quase totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014 só é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento dos empréstimos de mútuo e dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, pelo que as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (Quadro 7 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

7.5. MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS

Quadro 7 - Mapa de Aplicações e Origens dos Investimentos

Un.: Euros

DESCRIÇÃO		ANO 2014
APLICAÇÕES DE FUNDOS		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	19.309.880
	Equipamentos	11.500
	Móveis, utensílios e viaturas	11.000
2	Outros investimentos	
	Estudos, projectos , fiscalização	
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	169.647
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	5.377.206
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	6.071.756
5	TOTAL DE APLICAÇÕES	30.950.989
ORIGENS DE FUNDOS		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos (Mútuo)	11.453.692
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM / PIDDAR / Lei de Meios	5.020.195
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	14.289.685
	Outros créditos	187.147
10	Diminuição dos fundos circulantes	
11	TOTAL DE ORIGENS	30.950.989



8. INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

No ponto 5. Plano de Investimentos estão elencados os investimentos de carácter plurianual que se prevê que possam vir a ocorrer em anos futuros.

No entanto, é de realçar que alguns investimentos e despesas iniciam-se em 2014 (quadro 2 supra) mas continuam em 2015 e anos seguintes, outros só terão início em 2015 (quadro 3 supra) ou anos seguintes, dependendo das orientações estratégicas do acionista e das fontes de financiamento. Outros ainda, como é o caso do cais acostável, tiveram o seu início em 2013 e terminarão apenas em 2015.

Com exceção do cais acostável, cujo obra teve o seu inicio no ano de 2013, destacamos abaixo os investimentos com inicio em 2014, mas que terão continuação em anos seguintes:

Quadro 8 – Investimentos Plurianuais

Projeto

POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal (Cais acostável e cais norte)
POVT-14-0158-FCOES-000002 - Infraestruturas do porto de Porto Santo
Reparação do terminal de inertes do Porto Novo – deslocação dos caixões que provocaram uma abertura no molhe; substituição de um cabeço de amarração
Reparação da marina do Funchal, substituição das platibandas

Grande percentagem dos montantes dos investimentos, elencados no quadro 2 supra, serão comparticipados através da Lei de Meios e do POVT.

A componente regional não elegível dos projetos com financiamento comunitário aprovado e os montantes necessários para fazer face às obras de conservação da marina do Funchal e de reparação do Terminal do Porto Novo, serão objeto de contrato programa.

Refira-se que os principais projetos são da responsabilidade da APRAM, S.A. e representam 62,9% das despesas totais dos Investimentos do Plano das EPR.⁸

Para além dos investimentos acima mencionados e pela importância que se revestem apontam-se como principais gastos com reflexos em vários anos económicos (a inscrever no SIGO RAM como encargos plurianuais) os seguintes:

⁸ Despesa-Investimentos do Plano, proposta de ORAM 2014 – Relatório e Anexos.



Quadro 9 – Encargos Plurianuais

Aquisição de bens e serviços

Limpeza das instalações
Vigilância e segurança
Certificação da frota marítima
Contratualização de seguros nos diferentes ramos
Encargos com o serviço da dívida
ARD (Acordos de Regularização de Dívida) a celebrar nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento do PAEF, das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da APRAM, SA e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada.

Por outro lado foram tidas presentes as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do orçamento em termos de contabilidade pública e da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2014.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. aos 19 de dezembro de 2013.

Os membros executivos do Conselho de Administração:

A Presidente,



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

O Vogal,



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)



10. ANEXOS

ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		339.853.909	348.180.710
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		17.066	80.879
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			1.621.093
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Sub-total		339.870.975	349.882.682
Ativo corrente			
Inventários		76.926	79.685
Ativos biológicos			
Clientes		4.730.311	4.349.959
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		91.900	242.984
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		2.865.555	16.244.154
Diferimentos		450.000	312.930
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		817.136	1.271.612
Sub-total		9.061.828	22.501.324
Total do Ativo		348.932.803	372.384.006



ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		24.715.775	24.715.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 149.514.114	- 113.717.552
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		83.170.956	87.406.009
Resultado líquido do período		- 15.047.363	- 14.698.322
		127.077.195	167.457.851
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		127.077.195	167.457.851
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		171.313.518	185.470.588
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		171.313.518	185.470.588
Passivo corrente			
Fornecedores		6.027.838	4.632.796
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		285.616	247.865
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		26.631.333	1.764.706
Outras contas a pagar		3.159.840	238.822
Diferimentos			
Outros passivos financ. detidos para negoc.		14.437.463	13.786.435
Sub-total		50.542.090	19.455.567
Total do passivo		221.855.608	204.926.156
Total do capital próprio e do passivo		348.932.803	372.384.006



ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		9.885.433	10.340.964
Subsídios à exploração		187.147	1.771.698
Ganhos/Perdas imputados de sub., associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-8.693	-9.000
Fornecimento e serviços externos		-1.825.134	-2.175.052
Gastos com o pessoal		-6.991.356	-6.439.291
Imparidade de inventários (Perdas/Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)			
Provisões (Aumentos/Reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos/Reduções de justo de valor		1.902.903	-6.739.337
Outros rendimentos e ganhos		2.298.870	2.249.573
Outros gastos e perdas		-20.000	-87.300
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.429.170	-1.087.745
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.364.429	-13.415.107
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.935.259	-14.502.852
Juros e rendimentos similares obtidos		1.250	
Juros e rendimentos similares suportados		-7.113.354	-6.595.388
Resultado antes de impostos		-15.047.363	-21.098.240
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-15.047.363	-21.098.240



ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		10.083.848	10.625.254
Pagamentos a fornecedores		-2.650.000	-2.483.268
Pagamentos ao pessoal		-6.950.000	-6.439.291
Caixa gerada pelas operações		483.848	1.702.695
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-14.000	
Outros recebimentos/pagamentos		-444.353	1.771.698
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25.495	3.474.394
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-19.362.380	-17.400.978
Ativos intangíveis		-139.647	
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		14.419.923	18.184.109
Juros e rendimentos similares		1.250	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5.080.854	783.131
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		16.343.919	5.496.093
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5.377.206	-2.664.706
Juros e gastos similares		-6.859.354	-6.595.388
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4.107.359	-3.764.001
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-948.000	493.525
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.765.136	1.271.612
Caixa e seus equivalentes no fim do período		817.136	1.765.136



ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

DESCRIÇÃO	2014	2013	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	246	311	- 20,93%
TUP - Navio	884.355	965.089	- 8,37%
TUP - Carga Geral	64.339	63.156	1,87%
Arm. Contentores	122.209	217.706	- 43,86%
Diversos Serviços	227.116	125.827	80,50%
Amarração/Desamarração	531.615	557.141	- 4,58%
Serviço de Reboques	586.921	551.126	6,49%
Serviço de Lancha	10.011	13.324	- 24,86%
Serviço Pilotagem	801.688	877.938	- 8,69%
S.Báscula - Pesagem	10.318	8.723	18,29%
Forn. Mão-de-Obra	92.040	87.391	5,32%
Serviço de Guindagem	11.232	3.366	233,69%
Transporte Horizontal		8.441	- 100,00%
Fornecimento Água	172.177	132.557	29,89%
Forn.Energia Elétrica	93.285	160.704	-41,95%
F.En. Elet. Content	9.952	1.274	681,12%
Estacionamento Navio	21.710	12.233	77,47%
Concessões e Aluguer	901.639	1.085.972	- 16,97%
TUP - Granéis Sólidos	443.530	322.718	37,44%
TUP - Graneis Líquid	225.855	270.891	-16,62%
TUP - Contentores	2.740.932	2.795.821	-1,96%
TUP Veículos	322.249	495.836	- 35,01%
TUP - Outros (BAL)	413		
Tráfego de Passageiros	1.187.175	1.418.905	- 16,33%
Fundeadoiro de Navio	17.225	12.808	34,49%
Fornecimentos Diversos (Resíduos, ISPS)	407.201	151.706	168,41%
Subsídios à Exploração	187.147	1.771.698	- 89,44%
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	10.072.580	12.112.662	- 16,84%

ANEXO VI – GASTOS

DESCRIÇÃO	2014	2013	VAR. (%)
Compras Mercadorias	8.693	9.000	- 3,41%
FSE - Eletricidade	119.848	175.809	-31,83%
FSE - Gasóleo	179.378	178.540	0,47%
FSE - Gasolina	2.200	2.198	0,09%
FSE - Água	114.286	118.650	-3,68%
FSE - Outros Flúidos	32.182	35.614	- 9,64%
FSE - Ferramentas UD	4.656	6.700	- 30,51%
Livros e Documentos Técnicos	3.104	2.300	34,96%
Material Escritório	12.419	14.700	- 15,52%
Artigos para Oferta	3.362	100	3262,30%
Rendas e Alugueres	12.295	11.060	11,17%
Despesas de Representação	1.893	1.500	26,20%
Comunicações	49.281	93.180	- 47,11%
FSE - Seguros	75.759	99.600	- 23,94%
Transporte Mercadorias	4.966	5.734	- 13,39%
Deslocações e Estadia	25.568	32.750	- 21,93%
Honorários	6.209	69.000	- 91,00%
Vistorias	20.492	18.180	12,72%
Contencioso Notariado	1.639	2.250	- 27,14%
Conservação e Reparação	570.117	413.674	37,82%
Publicidade e Propaganda	115.507	77.250	49,52%
Limpeza e Higiene	188.032	240.000	- 21,65%
Vigilância e Segurança	111.775	135.000	- 17,20%
Trabalhos Especializados	155.244	371.463	- 58,21%
Outros FSE	14.921	47.500	- 68,59%
Impostos	10.000	22.300	- 55,16%
OS - Vencimentos	90.951	92.400	- 1,57%
OS – Subsídio de Férias/Natal	15.159	7.700	96,86%
OS - Ajudas de Custo	7.500	2.500	200,00%
OS - Subsídio de Alimentação	3.186	3.186	0,00%
OS - Outras Remunerações	22.442	23.280	- 3,60%
P - Remunerações	3.396.476	3.258.868	4,22%
P - Subsídio de Férias/Natal	572.858	348.495	64,38%
P - IHT/CTSDF	794.228	685.471	15,87%
P - Subsídio de Turno	133.474	116.418	14,65%
P - Ajudas de Custo	12.186	17.900	- 31,92%
P - Subsídio de Alimentação	294.287	268.360	9,66%
P - Horas Extras/Subsídio Prevenção/Compensação	141.427	94.300	49,98%
P - Subsídio Insularidade	50.692	50.480	0,42%
P - Subsídio para Falhas, Pat,	5.583	41.125	- 86,42%
P - Outras Remunerações	95.968	95.521	0,47%
Pensões	21.787	11.020	97,70%
Enc. Remunerações	1.136.767	986.581	15,22%
Seguro Acidentes Trabalho D	134.852	87.057	54,90%
Custos ação Social	15.257	15.000	1,71%
Outros Custos Pessoal	46.277	233.629	- 80,19%
Amortizações do Exercício	13.364.429	13.415.107	- 0,38%
Juros e Gastos Similares	7.113.354	6.595.388	7,85%
Outros Gastos e Perdas	10.000	65.000	- 84,62%
GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.	29.322.967	28.698.838	2,17%